

Conselho apresenta Plano Estratégico da Justiça Federal para o período de 2021 a 2026



O Conselho da Justiça Federal (CJF) divulga o Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) para o período de 2021 a 2026. Além de consolidar os propósitos da Justiça Federal para o sexênio, mantendo alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, a publicação resume as prioridades do Segmento e apresenta definições estratégicas que nortearão as proposições para o novo ciclo de planejamento.

CNJ terá 21 sessões de julgamentos no primeiro semestre de 2021

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) programou 21 sessões para o primeiro semestre de 2021, sendo 11 reuniões presenciais e 10 virtuais. A retomada dos julgamentos está marcada para o dia 9 de fevereiro, às 14h, quando ocorrerá a 324ª Sessão Ordinária. Já o Plenário Virtual inicia os trabalhos em 4 de fevereiro, às 12h, com a 80ª Sessão, que será concluída no mesmo horário do dia 12.

O calendário do primeiro semestre do ano, definido pelo presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, consta da Portaria nº 209/2020, que estabelece as datas das sessões virtuais, e da Portaria nº 210/2020.

Aniversariantes

Hoje: Juiz federal Eduardo Gomes Carqueija (3ª Vara), juíza federal substituta Renata Almeida de Moura Isaac (7ª Vara), Luis Eduardo Lopes Silva (Campo Formoso), Martina Matos Oliveira (Alagoinhas) e Emilio Paim Otero (Nucaf). **Amanhã:** Ana Maria De Assis Oliveira (18ª Vara).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

As estratégias foram consolidadas pelos Tribunais com base na análise de ambiente, entrevistas com elementos chave da Administração, análise do desempenho do atual plano, opinião da sociedade na pesquisa pública, entre outros métodos de pesquisa. Para atendimento aos macrodesafios, definidos pela Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, o PEJF foi estruturado em três perspectivas: sociedade, processos internos e aprendizado e crescimento.

O Plano será desdobrado em objetivos estratégicos regionais, que especificarão os macrodesafios, levando em consideração as peculiaridades locais. Além disso, serão monitorados indicadores e metas nacionais, definidas anualmente, assim como será estabelecido portfólio dos projetos estratégicos nacionais, para a sustentação da estratégia definida.

A fim de monitorar a execução do Plano, está prevista a reavaliação constante, por se tratar de instrumento dinâmico e integrado ao contexto interno e externo. Com esse objetivo, o Comitê Gestor da Estratégia da Justiça Federal (COGEST), manterá, periodicamente, reuniões de avaliação da estratégia, para reconhecer os acertos e erros, propondo correção de rumos, se necessário.

Desenvolvimento - O processo de elaboração do Plano teve início a partir da proposição da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio e seus macrodesafios, normatizada pela Resolução n. 325/2020. Os macrodesafios do Poder Judiciário foram definidos com intensa participação dos órgãos do Judiciário, que se organizaram por meio de uma rede colaborativa de governança coordenada pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Justiça Federal, além de acatar todos os macrodesafios do Judiciário, propôs, ainda, dois específicos, definidos após a realização de análise de cenário e pesquisa pública, da qual participaram mais de 12 mil respondentes, entre cidadãos, magistrados, servidores e advogados.

O Plano Estratégico da Justiça Federal para o sexênio 2021-2026 pode ser acessado no link: <https://bit.ly/2LhBYIH>

Fonte: CJF

Confira o que vem aí no Inteiro Teor deste fim de semana



Na edição que vai ao ar nos dias 9 e 10 de janeiro, o programa Inteiro Teor, produzido pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e exibido na TV Justiça, destaca reportagens que foram ao ar em 2020 com histórias de pessoas que buscaram na Justiça Federal reparação de danos provocados por entes públicos.

Você vai lembrar a questão de um perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que foi agredido durante o expediente após ter suspenso o benefício previdenciário de uma segurada. Para o TRF1, que condenou o INSS a indenizar o perito, houve negligência por parte

da autarquia quanto à segurança e às condições de trabalho do servidor.

Confira também a decisão que determinou que a União indenizasse os filhos de uma mulher vítima de acidente ocorrido por ausência de sinalização em rodovia federal. O TRF1 considerou que segurança no trânsito e prevenção de acidentes em vias públicas são dever da União, e a ausência de cumprimento desses deveres caracteriza conduta negligente da administração pública.

Por fim, reveja o caso de condenação da União por mortes de ocupantes em embarcação que naufragou durante viagem de Santarém para Belém, no Pará. De acordo com o entendimento da Corte, o controle feito pela administração pública é necessário; quando o que está em jogo é a segurança e quando há falha na obrigação de fiscalizar, a Justiça deve ser acionada.

O Inteiro Teor vai ao ar na TV Justiça neste sábado, 9 de janeiro, às 11h, com reprise no domingo, dia 10, nesse mesmo horário. Após a exibição, o programa fica disponível no YouTube do TRF1.



Olhai os Lírios do Campo

de Érico Veríssimo

Este é um romance escrito em 1938 por Érico Veríssimo e um marco na carreira do autor. O título da obra foi baseado num trecho do Sermão da Montanha, também conhecido por “Olhai os Lírios do Campo”.

Érico Veríssimo

Olhai os lírios do campo



É um romance urbano e narra a história de Eugênio, um rapaz de origem humilde que sente vergonha de sua família por ser pobre, mas mesmo com muito esforço dá ao rapaz a oportunidade de estudar em ótimos colégios, levando o jovem a formar-se em Medicina. No dia de sua formatura, conhece Olívia, uma jovem simples, de extrema sensibilidade, bom-senso, equilíbrio e de um excelente coração que se aproxima de Eugênio e torna-se para ele um porto seguro em seus conflitos e juntos vão trabalhar no Hospital do Coração.

A narrativa, estruturada na terceira pessoa a partir de um ponto de vista externo do narrador, se divide em duas partes com 12 capítulos cada uma, sendo a primeira o cruzamento de dois níveis temporais: o presente e o passado. Assim, nesta narrativa de vários planos temporais, entrelaça-se uma crítica à sociedade fútil e vazia, ao acúmulo de riquezas e à conseqüente hipocrisia das relações sociais. A primeira parte é intensa e cheia de um interesse que jamais enfraquece. Na segunda parte, porém, esse interesse declina, e a história se dilui numa série de episódios anedóticos sem unidade emocional.

O ambiente do romance é a cidade de Porto Alegre. As personagens vivem na metrópole de ruas movimentadas, tráfego intenso, automóveis, telefones, cinemas e teatros; edifícios altos, gente rica, monopólios; gente pobre, sindicatos, miséria e doença. Vivem os movimentos da contradição e da crise.

O autor mostra os processos de transformação de Eugênio: da condição de indivíduo guiado mais pela expectativa dos outros do que por si mesmo, para a condição de indivíduo autônomo e consciente de si, sujeito de suas próprias decisões. (Fonte: Wikipédia, PasseiWeb e InfoEscola).